

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.931 - RS (2018/0262785-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : ANDERSON MACHADO MAIESKI (PRESO)
ADVOGADO : STEPHAN DOERING DARCIE - RS080092
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ANDERSON MACHADO MAIESKI, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 0193520-85.2018.8.21.7000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 09/05/2017, convertido em preventiva (fls. 13/15), e denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 180, *caput* e 311, *caput*, ambos do Código Penal; e no art. 309 da Lei 9.503/97, na forma do art. 69 do Código Penal (receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor e direção de veículo automotor sem habilitação).

Em 11.10.2017, o magistrado de primeiro grau concedeu a liberdade provisória ao paciente, mediante o cumprimento de medidas cautelares (fl. 83). Todavia, em 10.05.2018, a liberdade provisória foi revogada, a pedido do Ministério Público, ante o descumprimento das medidas cautelares impostas (fls. 61/62). Em 18/6/2018, foi indeferido o novo pedido de liberdade provisória.

Irresignada, a defesa impetrou o *writ* perante o Tribunal de origem, que, por unanimidade, denegou a ordem. O acórdão ficou assim ementado, *in verbis*:

HABEAS CORPUS. RECEPTAÇÃO, ADULTERAÇÃO DE SINAL DE VEÍCULO AUTOMOTOR E DIREÇÃO SEM HABILITAÇÃO. REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS QUANDO DA CONCESSÃO DE LIBERDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DENEGADA A ORDEM. (fl. 116).

No presente *mandamus*, alega, inicialmente, que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que assentado no suposto descumprimento das

medidas cautelares impostas ao paciente, ante o fato de não ter sido encontrado no endereço apontado, bem como na suposta prática de furto qualificado no curso da ação penal em comento.

Assevera, contudo, que apresentou ao juízo certidão informando seu novo endereço. Afirmar que o *decisum* segregatório desrespeita o Tribunal estadual que concedeu a ordem em favor do paciente, considerando desprovida de violência a conduta delitiva imputada.

Sustenta que as normas de conduta social não teriam sido violadas somente pelo fato de sobrevir nova ação penal, tendo em vista que se deve observar o princípio da presunção de inocência.

Pondera que não há indícios mínimos de autoria quanto à imputação de adulteração de sinal identificador de veículo automotor. No caso, aduz a possibilidade da suspensão condicional do processo, bem como a perspectiva de fixação de regime prisional diverso do fechado, e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, em caso de eventual condenação.

Alega, ainda, excesso de prazo para formação da culpa, uma vez que se encontra preso há mais de 7 meses sem que tenha havido encerramento da instrução criminal.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao paciente, com expedição do competente alvará de soltura, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Indeferida a liminar (fls. 162/164) e informações prestadas (fls. 170/176), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do reclamo (fls. 180).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que, em 7/12/2018, nos autos da Ação Penal n. 0009800-98.2017.8.21.0033, foi expedido alvará de soltura em favor do ora recorrente.

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste recurso na parte em que alega ausência de fundamentação a custódia cautelar, tendo em vista ter

cessado as circunstâncias determinantes da irresignação.

Noutro giro, é certo que o Magistrado de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva, entendeu, com base nos elementos de prova disponíveis, estarem demonstrados indícios mínimos de autoria e prova da materialidade delitiva.

Nesse contexto, é inadmissível o enfrentamento da alegação da ausência dos indícios da autoria e materialidade na via estreita do *habeas corpus*, ante a necessária incursão probatória, que deverá ser realizada pelo Juízo competente para a instrução e julgamento da causa.

A propósito:

**RECURSO EM HABEAS CORPUS.
RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO.
NEGATIVA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. EXCESSO DE PRAZO
PARA FORMAÇÃO DA CULPA.**

1. Não há falar em ilegitimidade da prisão preventiva, uma vez que foi mantida a bem da ordem pública, ante o contexto que permeou os atos delituosos (recepção de parte do material subtraído no roubo de empresa de segurança e vigilância, cometido em concurso de agentes, com uso de arma de fogo e restrição de liberdade das vítimas) e o fato de o recorrente ser reincidente, possuindo contra si uma sentença condenatória por crime de homicídio, além de possuir outras anotações criminais.

2. Esta via não é a própria para discutir o envolvimento ou não do ora recorrente no delito que lhe é imputado. A análise de tal matéria é reservada à ação penal, bastando, para justificar a prisão cautelar, haver indícios de autoria, o que, na espécie, aconteceu.

3. Por ora, não há falar em excesso de prazo para encerramento da instrução criminal. Trata-se de feito complexo que envolve quatro denunciados, no qual foram apresentados inúmeros pedidos de revogação da prisão. A noticiada audiência de instrução designada para 7/12/2016, ocorreu, houve a inquirição de três vítimas, de uma testemunha de acusação/defesa e de duas testemunhas de defesa. Foi ainda marcado o dia 1º/2/2016 para oitiva de três testemunhas e interrogatório de um dos réus. Aguarda-se, agora, o cumprimento da carta precatória expedida para a comarca de Muriaé/MG, cuja audiência de interrogatório dos réus foi designada para o dia 16/3/2017.

4. Recurso em habeas corpus improvido (RHC 77.573/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 23/03/2017)

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.
ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENOR.**

NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU QUE JÁ RESPONDE A OUTRAS AÇÕES PENAIS. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. O habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada por dados de sua vida pregressa, notadamente por responder a outros dois processos criminais por delitos de roubo majorado e porte de arma de fogo. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para conter a reiteração na prática de crimes e garantir a ordem pública.

4. Recurso improvido (RHC 79.318/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 10/02/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator